



GT 34. Ensinar e Aprender Antropologia

Coordenador(es):

Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Guillermo Vega Sanabria (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 1 - Ensinar e aprender antropologia e a educação básica

Debatedor/a: Ana Pires do Prado (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 2 - Ensinar e aprender antropologia em diversos contextos de formação profissional

Debatedor/a: Amurabi Pereira de Oliveira (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 3 - Ensinar e aprender antropologia nas ciências sociais

Debatedor/a: Grazielle Ramos Schweig (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

É notável a expansão que nos últimos anos a Antropologia no Brasil alcançou junto às mais diversas formações universitárias e não universitárias, e o incremento na formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação. Porém, ainda é necessário um debate profundo em torno das particularidades do ensino e do aprendizado de ser antropólogo. O processo formativo em antropologia passa por uma reflexão sobre a relação entre ensino e aprendizagem, mas também por uma análise sobre questões centrais na definição da própria disciplina, como a relação entre teoria e métodos. Tais discussões são fundamentais para compreendermos os rumos da Antropologia como ciência. O presente Grupo de Trabalho visa analisar estas questões, com foco na formação de antropólogos e de “não antropólogos”, discutindo as diversas inserções da antropologia em espaços formativos. Buscamos refletir em torno do lugar do ensino e da aprendizagem da antropologia, bem como dos desafios postos para sua realização. Também nos interessa o aprofundamento nos fundamentos históricos, epistemológicos, teóricos e pedagógicos do ensino e da aprendizagem de antropologia, para que possamos propor desenvolvimentos didáticos para a formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), assim como de cientistas sociais, profissionais da saúde, professores e outros profissionais que se beneficiam do conhecimento antropológico. Igual atenção merece o ensino e a aprendizagem da disciplina na educação básica.

A Antropologia e o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): contribuições teórico-metodológicas para a formação de ?não antropólogos?

Autoria: Lediane Fani Felzke (Instituto Federal de Rondônia)

Com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica nos últimos anos foi criado, em 2017, um Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) para pensar as bases teóricas e os desdobramentos do ensino técnico no país. Esta pós-graduação stricto sensu, organizada em rede, é atualmente composta por 40 Institutos Federais (IFs). Em fins de 2017, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), tornou-se Instituição Associada (IA) do ProfEPT e, como servidora, fui convidada a integrar o quadro docente do programa. Desde então, perguntava-me como eu poderia, enquanto antropóloga - cujas pesquisas e produções ocorrem no universo da etnologia indígena - contribuir em um curso cuja visada primordial é o mundo do work, da técnica e da tecnologia, sob uma perspectiva eminentemente marxista. Minha proposta neste work é refletir sobre o lugar da Antropologia e do seu arcabouço analítico e metodológico para o ensino de docentes e técnicos, ou seja, de ?não antropólogos?, que atuam ou atuarão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nas mais diversas áreas. Tomo, sobretudo, a disciplina de Metodologia Científica como laboratório onde discuto, junto às mestrandas e mestrandos, a elaboração de



projetos de pesquisa e de produtos educacionais (item obrigatório nos mestrados profissionais) que partam de metodologias participantes e incorporem noções de alteridade, de epistemologias não ocidentais, e do pensamento decolonial, entre outros conceitos. A ideia é que tais pesquisas reflitam os saberes das comunidades nas quais os campi dos IFs situados na Amazônia estão inseridos e que incluem povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros, pequenos agricultores, assentados, seringueiros, pescadores, migrantes, e assim possam potencializar tais saberes como alternativas e/ou aperfeiçoamento das tecnologias oriundas das revoluções industriais. Não se trata, portanto, de ministrar uma disciplina de Antropologia em um programa de pós-graduação, mas de propor um viés antropológico em um contexto epistêmico fundado nos princípios da omnilateralidade, do work como princípio educativo e da politecnia, próprios do materialismo dialético. Como resultado deste "laboratório", temas tais como: "Corporalidades indígenas e a sua inserção no ambiente escolar: possibilidades através de uma proposta integradora?", "Afroperspectividade e pluriverso no ensino de filosofia em EPT?", "Estudantes indígenas do IFRR/campus Amajari: aspectos culturais e metodológicos no processo de aprendizagem?", entre outros, estão sendo desenvolvidos. Neste sentido a Antropologia proporciona, ao invés de um embate em relação aos princípios que constituem a EPT, a ampliação das perspectivas e das inserções dos projetos concebidos e executados no âmbito deste programa.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: